

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 950, DE 8 DE ABRIL DE 2020

Dispõe sobre medidas temporárias emergenciais destinadas ao setor elétrico para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia de coronavírus (covid-19).

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao art. 1º-A, constante do art. 2º da Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020, a seguinte redação:

“Art. 1º-A. No período em que perdurar o Estado de Calamidade Pública que trata o Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, os descontos de que tratam os incisos I ao IV do caput do art. 1º serão aplicados conforme indicado a seguir:

I -; e

II - para a parcela do consumo de energia elétrica superior a 220 (duzentos e vinte) kWh/mês, o desconto será de 50% (cinquenta por cento).” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem como objetivo adequar o período de vigência dos descontos para o consumo de energia elétrica até 220 kWh/mês. A MP determina que este período seja de 1º de abril a 30 de junho de 2020, mas entendemos que tal medida deva ser aplicada enquanto perdurar o Estado de Calamidade. Ainda propomos que seja aplicado um desconto de 50% para o consumo acima de 220kWh/mês.

Entendemos que o desconto durante o estado de calamidade é medida essencial para garantir que o acesso ao serviço de energia não seja

prejudicado justamente em momento em que são necessários todos os esforços para a manutenção das recomendações de distanciamento social. As pessoas estão em suas casas e, em sua maioria, com a renda reduzida ou comprometida. Justo, portanto, que o desconto se efetive durante este período e que se estenda para aqueles que terão seu consumo majorado pela permanência em casa, mas, por estarem enquadrados na Subclasse Residencial Baixa Renda, devem fazer jus ao desconto.

Sala das Comissões, em 13 de abril de 2020.



Deputada **JANDIRA FEGHALI**
PCdoB-RJ

